



Andréia Lucienne Flôr Vilas Bôas

ENTRE FILOSOFIA E LITERATURA: Um estudo do riso em
O Nome da Rosa de Umberto Eco

LAVRAS - MG

2021

ANDRÉIA LUCIENNE FLÔR VILAS BOAS

ENTRE FILOSOFIA E LITERATURA: um estudo do riso em

***O Nome da Rosa* de Umberto Eco**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras (UFLA), como parte das exigências
do curso de Graduação para obtenção do
título em Licenciatura Letras.

Profa. ISABEL CRISTINA RODRIGUES FERREIRA

Orientadora

LAVRAS-MG

2021

ANDRÉIA LUCIENNE FLÔR VILAS BOAS

ENTRE FILOSOFIA E LITERATURA: um estudo do riso em

O Nome da Rosa de Umberto Eco

BETWEEN PHILOSOPHY AND LITERATURE: a study of the laughter in

The Name of the Rose by Umberto Eco

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras (UFLA), como parte das exigências
do curso de Graduação para obtenção do
título em Licenciatura Letras.

DATA DE APROVAÇÃO: 20 de maio de 2021

EXAMINADORES:

MEMBRO: Profa. Dra. Andrea Portolomeos

MEMBRO: Prof. Dra. Márcia Fonseca de Amorim

ORIENTADORA: Profa. Dra. Isabel Cristina Rodrigues Ferreira

LAVRAS-MG

2021

DEDICATÓRIA

A MINHA MÃE DEDICO: acima de todas as pessoas. A ela que me fez permanecer firme... que me fez ter coragem de continuar. A ela, a mulher que me amou antes de qualquer coisa, que foi meu amor inicial. E que hoje não tenho mais o abraço, não posso mais olhar nos olhos e poder sorrir. (*27/11/1941 +08/06/2020 LORENZETI STECCA FLÔR)

A MEU PAI DEDICO: a ele que sempre me apoiou, que sempre usou as palavras “segue em frente”. Que falta me faz o seu sorriso emocionante, com lágrimas nos olhos, tentando esconder e controlar para que ninguém visse o seu choro. (*02/03/1939 +07/02/2021 WALTER FLÔR)

A minha filha Thayrine pelo apoio e incentivo de sempre. A meu Marido Marcos, pela paciência e apoio.

A minha orientadora Isabel que entrou comigo nesse barco, sabendo de todas as minhas dificuldades que o momento me proporcionava.

Aos professores e amigos, pelas palavras de apoio e conforto que não me deixaram desistir.

A Deus, pela FORÇA para continuar...por estar sempre comigo, não deixando minha fé abalar.

“(...) o riso afasta o medo e quem não tem medo não tem fé”.

Pitágoras

Resumo

Entre Filosofia e Literatura: um estudo do Riso em *O Nome da Rosa* de Umberto Eco, título deste Trabalho de Conclusão de Curso, mostra a proibição do riso na Idade Média, principalmente pela Igreja Católica, conforme o contexto da obra e a referência teórica adotada. O riso era considerado motivo de desvirtuação e desrespeito por aqueles que serviam a Deus, acreditava-se, na época, que as pessoas poderiam perder o temor de Deus, apesar de o riso ser considerado algo próprio do homem. Para isso, vamos, em um primeiro momento, fazer algumas considerações com base em alguns estudiosos sobre a Igreja na Idade Média e sobre o riso na mesma época. Em seguida, com base nesse levantamento bibliográfico, analisaremos o romance escolhido a partir de três questões propostas: por que o riso era motivo de tantas desavenças entre os monges do mosteiro? Por que a obra de Aristóteles era considerada uma obra proibida e todos que tinham acesso a ela tinham uma morte sem explicação? E, por fim, qual é o significado do título do romance *O Nome da Rosa*? O enredo da história se passa no período da Idade Média em um mosteiro Beneditino, onde ocorre uma série de assassinatos. Na trama, Frei Guilherme de Baskerville e seu assistente Adso de Melk desvendam as misteriosas mortes dos monges do mosteiro.

Palavras-Chave: Riso, Idade Média, Aristóteles.

Abstract

Between Philosophy and Literature: a study of Laughter in *The Name of the Rose* by Umberto Eco, title of the Undergraduate Thesis, shows the prohibition of laughter in the Middle Ages, mainly by the Catholic Church, according to the context of the work and the theoretical reference adopted. Since laughter was considered a reason for distortion and disrespect for those who served God, it was believed, at the time, that people could lose the fear of God, despite the laughter being considered something peculiar to man. For this, we will, at first, make some considerations based on some scholars about the Church in the Middle Ages and about laughter in the same period. Then, based on this bibliographic survey, we will analyze the chosen novel based on three questions: why was laughter the reason for so many disagreements among the monks in the monastery? Why was Aristotle's work considered a forbidden work and everyone who had access to it died unexpectedly? And, finally, what is the meaning of the title of the novel *The Name*

of the Rose? The plot of the story takes place in the Middle Ages in a Benedictine monastery, where a series of murders permeates the plot and the Father William of Baskerville and his assistant Adso of Melk unveil the mysterious deaths of the monks in the monastery.

Keywords: Laughter, Middle Ages, Aristotle.

Introdução

No Trabalho de Conclusão de Curso denominado Entre Filosofia e Literatura: Um estudo do riso em *O Nome da Rosa* de Umberto Eco, filósofo e escritor italiano, é feito um estudo em torno da proibição do riso na Idade Média, a partir de um diálogo entre a arte da filosofia e a literatura, no contexto da obra selecionada, cuja publicação ocorreu em 1980. O riso era uma desvirtuação e um desrespeito à conduta esperada por aqueles que serviam a Deus. Vale observar que, de maneira geral, as causas para o riso podem ser as mais diversas possíveis: as pessoas podem rir de felicidade, alegria, medo, ódio, tristeza ou por muitos outros motivos.

Umberto Eco formou-se em filosofia e literatura pela Universidade de Turim e depois tornou-se professor dessa instituição. Foi um estudioso do Período Medieval e de Santo Tomás de Aquino. Em *O Nome da Rosa*, o autor traz uma história instigante de suspense e de mistério, com pano de fundo medieval, em que aborda religião, erotismo e violência, com um leve toque de humor, e pode ser considerada uma ode a outros livros, dadas as suas referências históricas e filosóficas.

Umberto Eco mostra, ao publicar esse romance, que o cômico e o sério estão presentes na Idade Média. Uma das crenças difundidas pelo alto clero era a de que o riso e a comédia desvirtuam a sociedade por tirarem o foco da espiritualidade e de Deus. Ele explicita que o riso tinha um caráter pecaminoso na época. Ao abordar essa questão na obra, Goes (2009) afirma que

Eco procura mostrar com propriedade, que a fronteira entre o cômico e o sério não está bem delimitada na Idade Média. Ainda que a igreja discuta a licitude do Riso, nos tempos medievais, há uma propensão para se misturar os opostos. (GOES, 2009, p. 216)

Assim, Eco consolida a teoria do riso como sendo algo próprio do homem, bem como fruto da racionalidade humana, uma necessária ligação dos homens com os deuses através de ideias que elevam o espírito. Além disso, ao rirem do mundo, os homens, na percepção de Aristóteles, poderiam desencadear o caos na sociedade ao espantar o temor, o medo, a Deus. Ao deixarem de temer, os homens perceberiam como Deus era desnecessário. Assim, o riso poderia ser um perigo para a cristandade e uma transgressão do sagrado, e a obra desconhecida era considerada profana pelos monges. Ou seja, o riso podia abalar a fé enquanto fundamento reverencial de temor a Deus e de respeito à instituição Igreja e seus representantes na terra, como argumenta o historiador José Rivair Macedo em

entrevista a Márcia Junges “Fora da esfera da Igreja, as manifestações do riso sempre estiveram presentes, nas festas, nos textos cômicos, composições musicais e imagens da cultura laica” (JUNGES, 2011, p. 17).

Assim, *O Nome da Rosa* é uma obra de grande importância para o estudo do pensamento cristão da Idade Média, da Inquisição e do poder centralizado da Igreja que detinha o acesso ao conhecimento em suas restritas bibliotecas. O conhecimento era visto como perigoso para os dogmas religiosos, porque poderiam abalá-los, e devia ser combatido e desprezado em nome da fé, cega e obtusa. Obras que ainda não haviam sido devidamente interpretadas deviam ter acesso restrito, pois alguns poderiam lê-las sem o devido saber, colocando a doutrina cristã sob ameaça.

Em virtude disso, podemos pensar em alguns questionamentos: por que o riso era motivo de tantas desavenças entre os monges do mosteiro? Por que a obra do filósofo era considerada uma obra proibida e todos que tinham acesso a ela tinham uma morte sem explicação? E, por fim, qual é o significado do título do romance *O Nome da Rosa*? Portanto, será estudado o riso e suas virtudes de acordo com os pressupostos descobertos no segundo livro da *Poética* de Aristóteles em *O Nome da Rosa* para entender a proibição do riso no mosteiro como uma afronta aos dogmas da Igreja Católica e, por consequência, da leitura do livro. Para isso, vamos, em um primeiro momento, fazer um breve resumo da obra. Em seguida, fazer algumas considerações sobre a Igreja na Idade Média. Depois, abordar como o riso na Idade Média é apresentado por diferentes estudiosos. Na sequência, apresentar a metodologia adotada. E, com base no levantamento bibliográfico feito nas seções anteriores de fundamentação teórica, analisar o romance de Umberto Eco, *O Nome da Rosa*. Finalmente, trazer as considerações finais do trabalho.

Resumo de *O Nome da Rosa*

O enredo se passa, em 1327, no norte da Itália, em um mosteiro Beneditino, cenário de muitos labirintos e passagens secretas onde ocorrem misteriosos e enigmáticos assassinatos, e é narrado pelo velho monge Adso de Melk, que relembra os acontecimentos de sua juventude. O frei Franciscano Guilherme de Baskerville é chamado para fazer um concílio do clero para investigar crimes de heresia. Ele leva o noviço Melk que está sob sua tutela. Eles chegam ao mosteiro e logo ficam sabendo da ocorrência da primeira morte em circunstâncias duvidosas. Mestre e aprendiz iniciam uma investigação detetivesca sobre o caso, inicialmente visto como obra do demônio

pelos outros monges. Com o passar do tempo, outras seis mortes acontecem e os investigadores buscam uma ligação entre elas, para entender o mistério que recai sob a instituição, e descobrem ser uma biblioteca secreta e complexa.

Essa biblioteca guarda livros e escrituras considerados perigosos para a Igreja Católica, porque apresentam ensinamentos e reflexões que questionam os dogmas católicos e a fé cristã. Ela se localiza no centro do mosteiro e é nesse local que os monges copistas fazem réplicas dos livros previamente autorizados pelo bibliotecário chefe e guardião dos livros, Jorge de Burgos, cego e decrépito, um dos monges mais idosos. Um desses livros é uma suposta obra sobre o riso do pensador grego Aristóteles, o segundo volume da *Poética*, que endossa o riso e o escárnio como promotores do conhecimento. Munido de luvas, Baskerville começa a leitura do livro. Baskerville representa, por um lado, o humanismo, o pensamento lógico e a valorização da ciência e do ser humano, em sintonia com os ensinamentos aristotélicos e alguns outros religiosos, por outro lado, simbolizam o pensamento místico e sobrenatural medieval, embasado em Santo Agostinho, com todos os fatos ligados ao divino, a Deus.

Chega ao mosteiro um antigo opositor de Baskerville, Bernardo Gui, um poderoso frei que é um representante da Santa Inquisição, ou Tribunal do Santo Ofício, criada no século XIII, que tem como missão apurar denúncias de atos hereges e bruxarias (FRANCO JUNIOR, 2006). Gui tenta impedir a conclusão das investigações por causar problemas para a alta cúpula da Igreja. Em virtude de alguns acontecimentos, um tribunal é realizado com a intenção de que dois monges e uma camponesa sejam indiciados como hereges e condenados à fogueira. No momento em que são colocados na fogueira, Baskerville e Melk aproveitam para ir à biblioteca resgatar alguns livros e encontram lá Burgos. Os investigadores descobrem que Burgos é o responsável pelas mortes por envenenamento. Na confusão, inicia-se um grande incêndio na biblioteca, levando o assassino à morte. Esse evento desvia a atenção de todos do julgamento e a camponesa consegue escapar. Baskerville e Melk escapam ao incêndio levando alguns livros e saem do mosteiro, já que o mistério das mortes está resolvido, seguindo rumos diferentes e não se encontrando mais.

A Igreja na Idade Média

Segundo a periodização estipulada pelos historiadores, a Idade Média (Idade das Trevas ou Idade da Fé) foi um longo período da história que se estendeu do século V com

a queda do Império Romano em 476 ao século XV com a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453. Destacam-se o processo de ruralização europeia, o fortalecimento da Igreja Católica, a estruturação do sistema feudal tanto no aspecto econômico quanto político e social, acompanhado de um retrocesso artístico, intelectual, filosófico e institucional, em relação à produção da Antiguidade Clássica, de acordo com a visão renascentista (LE GOFF, 2016; FRANCO JUNIOR, 2006). Ela foi subdividida em Alta e Baixa Idade Média. A Alta Idade Média, que se estendeu do século V ao século IX, foi caracterizada por uma instabilidade e insegurança generalizada. Nesse período a Igreja começou a se organizar com o objetivo de garantir uma homogeneidade dos princípios cristãos e de converter os pagãos. Na Baixa Idade Média, que vai do século X ao século XV, destacam-se, entre outros fatores, a crise do feudalismo e o início da centralização do poder político devido ao fortalecimento do comércio, às cruzadas, às grandes navegações e à expansão das sociedades cristãs.

A Igreja Católica exerceu grande influência, dado que seu poder ultrapassava os limites religiosos para o domínio material, como na construção ideológica que justificava as desigualdades sociais e os seus privilégios no mundo feudal. Ela se transformou na maior proprietária de terras, fruto de doações dos ricos aristocratas convertidos e alguns monarcas, tornando-se uma poderosa instituição feudal, acumuladora de bens móveis e imóveis: “Em virtude da crescente extensão do Império, ele [Carlos Magno] instituiu muitas paróquias, criou novas dioceses e arquidioceses. Graças a isso a Igreja enriqueceu ainda mais” (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 95). Cada comunidade cristã possuía um bispo, eleito pelos fiéis; padres, responsáveis pelo ensino religioso e pelas cerimônias; e diáconos, responsáveis pela administração e assistência à população. Ela também tinha o poder judicial, regulamentando as leis e os padrões éticos, pautados no medo do castigo depois da morte.

Internamente, de acordo com Le Goff (2016), havia uma divisão na igreja entre o alto (membros da nobreza com cargos de direção) e o baixo clero (pessoas oriundas da população mais pobre) que era comandada pelo bispo de Roma, que se tornou papa no século V. De acordo com os preceitos da Igreja, a vida terrena devia ser desprezada em relação aos benefícios a serem alcançados pela vida celestial e muitos dos costumes eram influenciados pelo dilema da vida após a morte. Além das preocupações espirituais, a Igreja tornou-se elemento chave do poder feudal, uma vez que passou a controlar grande extensão territorial, causando divergências dentro da própria instituição. Essa mistura

entre o sagrado e o secular, segundo Franco Junior (2006), fez surgir uma divisão do clero: o clero secular que cuidava das questões materiais no âmbito político e econômico e que vive no mundo dos homens, ligados a coisas terrenas, afastando-se das origens doutrinárias e religiosas, e o clero regular que se voltava para as práticas espirituais e pregações dos valores cristãos e que vive isolados nos mosteiros sob votos de isolamento, castidade, caridade e pobreza.

No Ocidente, a primeira grande experiência de um clero regular, isto é> submetido a uma regra específica de vida, deu-se com São Bento (480- 547). (...) Por ela [*Regra*], a vida do monge beneditino transcorre em função do preceito do *ora et labora*¹. Oração e trabalho num duplo sentido, numa dupla forma de alcançar Deus: rezar é combater as forças maléficas, contribuindo para a salvação não apenas da alma do próprio monge, mas também de toda a sociedade; trabalhar é afastar a alma de seus inimigos, a ociosidade e o tédio, é alcançar por meio dessa forma de ascese uma fonte de alegria. Tanto quanto o trabalho manual, o intelectual, a leitura de textos sagrados, prepara a alma para a oração. Enfim, orar e uma forma de trabalhar, trabalhar é uma forma de orar. (FRANCO JUNIOR, 2016, p. 93-94)

Segundo Le Goff (2016), a Igreja Católica, ao promover a evangelização dos bárbaros, tornou-se herdeira da cultura clássica e monopolizou o conhecimento, concentrando o saber e o poder. Pouquíssimas pessoas, fora da Igreja, nessa época, eram alfabetizadas ou tinham acesso a textos escritos e as grandes obras do Mundo Clássico e Oriental ficavam preservadas, quase que exclusivamente, em bibliotecas nos mosteiros medievais, tornando-se o centro da vida cultural e intelectual da época. A partir dos séculos XII e XIII, o interesse pelas obras de Aristóteles cresce. Ele escreveu sobre uma variedade temática, incluindo a poesia, esclarecendo sobre o seu uso na épica, na tragédia e na comédia. A princípio, o pensamento do filósofo é rejeitado pelo cristianismo por se diferenciar da tradição platônica, pelos trabalhos de Santo Agostinho, já incorporada pela teologia cristã (platonismo cristão), e por ter ligação com obras árabes. Santo Agostinho, de acordo com Reale e Antiseri (2007), utiliza o sistema filosófico platônico como ferramenta de justificação da fé cristã.

Platão, notemos, já compreendera que a plenitude da inteligência, no que se refere às verdades últimas, só podia se realizar através de uma revelação divina, escrevendo o seguinte: “Tratando-se dessas verdades, é impossível deixar de fazer uma destas coisas: aprender dos outros qual é a verdade, descobri-la por si mesmo ou então, se isso for impossível, aceitar, dentre os raciocínios humanos, o melhor e menos fácil de refutar e sobre ele, como sobre uma jangada, enfrentar o risco da travessia do mar da vida.” E havia acrescentado, profeticamente: “A menos que não se possa fazer a viagem de modo mais seguro e com menor risco,

¹ *ore e trabalhe*

sobre urna nave mais solida, isto é, *confiando-se a uma revelação divina*". (REALE; ANTISERI, 2007, p. 88)

Para Agostinho, a filosofia tinha por objetivo levar o homem à felicidade, mesmo no mundo representado pelo pecado e pelo materialismo. Com o tempo, no entanto, surgiu o aristotelismo cristão, uma síntese entre cristianismo e aristotelismo, principalmente abordado no trabalho de Santo Tomás de Aquino.

Diferentemente do pensamento de Agostinho sobre o homem, Aquino, defensor da filosofia aristotélica e principal representante da Escolástica, acreditava que o homem é um ser dotado de inteligência que pode alcançar o conhecimento do mundo pela experiência e pela razão. Essa inteligência, no entanto, é um dom divino, portanto, ao encontrar verdades, elas não podem ser contrárias àquilo que Deus determinou. Dessa forma, o homem alcançaria as próprias verdades divinas. A filosofia, então, é um caminho, uma trilha que serve à fé. Assim, a filosofia e a teologia se complementavam, a primeira oferece um conhecimento imperfeito e a segunda aperfeiçoa esse conhecimento, visto que razão e fé vêm de Deus, ser eterno.

A fé, portanto, melhora a razão assim como a teologia melhora a filosofia. A graça não suplanta, mas aperfeiçoa a natureza. E isso significa duas coisas: a) a teologia retifica a filosofia, não a substitui, assim como a fé orienta a razão, não a elimina; b) a filosofia, como *praeambulum fidei*², tem sua autonomia, porque é formulada com instrumentos e métodos não-assimiláveis aos da teologia. (REALE; ANTISERE, 2007, p. 213)

O pensamento escolástico, portanto, pode ser dividido em: harmonia perfeita entre razão e fé (século VIII e IX); diferenças entre razão e fé (século XI e XII); explicação da relação entre razão e fé (século XIII) para a qual Santo Tomás de Aquino contribuiu; e dissolução da Escolástica com a defesa de que razão e fé estão em oposição (século XIV). Essa última fase é resultado do surgimento das universidades, onde as ideias passaram a circular livremente nesses novos ambientes e a fé perdeu espaço para a razão. Contribuindo com a Escolástica, Aquino, para provar a existência de Deus de forma racional, elabora cinco proposições: Deus é o primeiro motor, ou seja, ele deu início ao movimento do Universo, ele é a origem do movimento; Deus é a causa primeira de todas as coisas que existem no mundo, ou seja, é a causa eficiente; Deus deu existência a tudo, ou seja, houve um momento em que nada existia e tudo foi criado; Deus é perfeito e é a partir dele que os outros seres são hierarquizados quanto ao seu grau de perfeição; e Deus é a inteligência

² preâmbulo à fé

ordenadora, ou seja, existe uma ordem no Universo, em que tudo que está disposto no Universo cumpre uma função ou objetivo (REALE; ANTISERI, 2007).

Portanto, essa divisão de atuação do clero no ambiente institucional e fora dele somada aos pensamentos filosóficos sobre o homem, principalmente os da filosofia platônica e aristotélica, geraram, na Idade Média, posturas e crenças distintas sobre alguns aspectos da vida, incluindo a relação e a interpretação do riso, particularmente no contexto da Igreja Católica.

O Riso na Idade Média

Havia, na Idade Média, uma divisão entre o sério e o cômico, como afirma Maria Generosa Ferreira Souto em entrevista a Junges e Fachin: “as autoridades, os religiosos e os senhores feudais defendiam a seriedade como atributo da cultura oficial” (JUNGES; FACHIN, 2011, p. 22). Somando-se a isso, o riso era visto sob suspeita dado que, segundo José Rivair Macedo,

ao enfatizar as glórias da vida eterna, a ética cristã medieval, incentivando a renúncia aos prazeres terrenos e corporais, valorizava a continência e o rigor moral como condições para a purificação da alma, na preparação para o reencontro com Deus. (JUNGES; FACHIN, 2011, p. 22)

Portanto, o riso estava associado ao falso prazer, ao pecado, ao demônio, ou seja, àquilo que afasta o ser da Verdade e de Deus, como pensavam os religiosos ligados ao pensamento de Platão. Corroborando essa ideia, Le Goff (2000) enfatiza a percepção negativa do riso na Idade Média ao afirmar que “Quando o riso está começando, ele deve, a todo custo, ser impedido de se expressar. Assim vemos como o riso é a pior de todas as formas de expressão do mal que vêm de dentro: a pior poluição da boca” (LE GOFF, 2000, p. 73-74). Há, portanto, uma relação perigosa, como afirma Le Goff (1999 *apud* OLIVEIRA; CASER, 2020), entre o riso e o corpo, este manifestando o prazer. Diante disso, não poderia ser aceito nem legitimado pela Igreja e a vida monástica deveria ser totalmente dedicada a algo relevante, elevado e sério. Em outras palavras, o riso, conforme as regras monásticas da Idade Média, deve ser em silêncio, pois o silêncio monástico é a grande virtude dos monges. Assim, de acordo com o que afirma Ribeiro (2018 *apud* Gurevich, 2000), a Igreja compreendia a seriedade como fator de salvação da alma e do corpo. Os monges eram parte da milícia celeste de combate ao demônio.

De acordo com registros do Velho Testamento, Deus nunca riu “em virtude de seu caráter de perfectibilidade”, assim como Adão e Eva, criados à imagem e semelhança

Dele (RIBEIRO, 2018, p. 215). Ao caírem em tentação, deixam de ser perfeitos. O riso, como manifestação da imperfeição humana,

É uma constatação de decadência e, ao mesmo tempo, um consolo, uma conduta de compensação, para escapar ao desespero e à angústia: rir para não chorar. Eis aí o que os pais da Igreja recriminam: em lugar de chorar sobre nossa decadência, o que seria marca de arrependimento, rimos de nossas fraquezas, e essa é nossa perda. Vemos nosso nada e rimos dele: um riso diabólico. (MINOIS, 2003, p. 112-113 *apud* RIBEIRO, 2018, p. 216)

Assim, o conceito de riso, na história cristã, passa a ser associado ao Diabo, como sua invenção. Seguindo essa ideia, alguns teólogos e cristãos, incluindo Santo Agostinho, escreveram para condenar o riso como fenômeno diabólico, de “degeneração do espírito” (RIBEIRO, 2018, p. 217). No Novo Testamento, as leituras oficiais afirmam que Jesus Cristo, o filho de Deus, não sorriu durante a sua passagem pela Terra, ou seja, sua atitude reforçava a ideia de demonização do ato. Jesus passou por várias situações em que foi tentado pelo Diabo como quando foi levado ao deserto ou em que foi objeto de riso como quando foi ridicularizado pelos soldados romanos, mas não sucumbiu (RIBEIRO, 2018).

Apesar dos esforços da Igreja em condenar o riso, ela não conseguiu impedir a sua manifestação; as pessoas continuaram rindo. Assim, o riso, para alguns, passa a ser compreendido como um fenômeno humano e não diabólico, “como a expressão da vitória de Deus sobre o Diabo” (RIBEIRO, 2018, p. 222), principalmente quando punha em causa a seriedade da moral cristã ou denunciava a hipocrisia dos clérigos. A partir do século XII, alguns membros da Igreja, principalmente aqueles envolvidos com a pregação e educação, perceberam que o riso poderia ser um aliado na transmissão de mensagens evangélicas, como afirma Macedo (2000 *apud* RIBEIRO, 2018), especialmente quando inseridos nos sermões, com o objetivo de condenar alguns comportamentos e de ridicularizar os pecadores persistentes, marcados pela sátira, pela paródia e pelo deboche.

Quando a expressão do riso aparece no século XIII, os anjos sorriem discretamente, pois a gargalhada ainda é uma expressão de excesso. Esses membros afirmavam que o riso, seguindo as ideias defendidas por Aristóteles, era próprio do homem, uma manifestação humana, e marcava a sua superioridade do mundo irracional e sua inferioridade do mundo transcendental, divino (RIBEIRO, 2018 *apud* ALBERTI, 1999). Para Aristóteles, comédia e cômico não representam valores negativos; a comédia atua “na ordem do verossímil e do necessário” (ARISTÓTELES, 2015, p. 115). Corroborando com essa característica, o riso, segundo Bakhtin, é uma forma para se

expressar a verdade sobre o mundo, a história e o homem; assim, “o riso impede que o sério se fixe e isole da integridade inacabada da existência cotidiana. Ele restabelece essa integridade ambivalente. Essas são as funções gerais do riso em evolução histórica da cultura e da literatura” (BAKHTIN, 1996, p. 105).

Fora da esfera da Igreja, o cômico em festas ou em outros espaços públicos, ou em textos, ou em outras manifestações culturais seculares estavam sempre presentes, muitas vezes para atenuar a pressão moral que impunha a abstinência, a resignação e o arrependimento aos indivíduos. As festas foram essenciais para manterem o riso no contexto medieval, com divertimentos, mascaradas, danças, comidas e bebidas. O riso não era somente bem-vindo, como fazia parte da essência dos indivíduos naquele contexto, sem o qual não poderiam existir, porque no riso encontravam um mecanismo de escape da seriedade habitual do mundo idealizado pela cultura cristã ou de refúgio para suportarem a difícil consciência das suas existências. Ele se destacava principalmente no período de dezembro a abril, período de livre curso também da comilança, da bebedeira e do escárnio. Em outras palavras, “Tanto em um caso quanto em outro, o riso era para a sociedade medieval – como é para nossa própria sociedade – ‘um bom remédio contra a opressão e um veículo de expressão da liberdade’” (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 14) e “Por meio do riso e da visão carnavalesca do mundo, a seriedade é destruída e a consciência, o pensamento e a imaginação humana ficam disponíveis para o desenvolvimento de novas possibilidades” (JUNGES; FACHIN, 2011, p. 22). Assim, como afirma Bakhtin, o riso é um fenômeno cultural representativo das camadas populares, visto que, como explicitado anteriormente, a seriedade era comportamento recomendado nas camadas mais altas e nas esferas religiosas e políticas, como cultura oficial (BAKHTIN, 1996).

Portanto, o riso, no período medieval, dentro e fora dos domínios religiosos, era um fenômeno de cunho moral e social, de condenação e de subversão da ordem estabelecida, de renúncia e de vitalidade da cultura medieval, ou seja, uma expressão de liberdade e um remédio contra a opressão. Assim, como fenômeno social, para que o riso aconteça, é necessária a presença de pelo menos duas ou três pessoas reais ou imaginárias: uma que provoca o riso, uma que ri do acontecido e possivelmente uma terceira, de quem se ri (LE GOFF, 1999 *apud* OLIVEIRA; CASER, 2020, p. 87). Levando em conta essa dupla representação, escritores, ao longo da história literária mundial, incluindo Umberto Eco, criaram um cenário ficcional apropriado, como no mosteiro da Idade Média de Eco.

Esse período foi marcado por um momento de transição do teocentrismo para o antropocentrismo, intensificando o conflito entre o velho e o novo, entre o misticismo e a razão, entre o sagrado e o profano. Essa característica será discutida em breve em *O Nome da Rosa* como forma de explorar e mostrar algumas questões relevantes da Igreja Católica, entre elas o riso e suas duas vertentes. A seguir, trazemos a metodologia adotada para fazermos, depois, a análise do romance tendo como aporte teórico os pontos elencados anteriormente.

Metodologia

Visando discutir e mostrar como Eco articula a questão do riso no romance, considerando o pensamento da Igreja Católica na Idade Média, o presente Trabalho de Conclusão de Curso trata-se de uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2019), esse tipo de pesquisa é elaborado com base em material publicado anteriormente. Tem a finalidade de colocar o pesquisador e, conseqüentemente, o leitor em contato com o que foi escrito sobre o assunto pesquisado. A partir desse levantamento, o pesquisador traz a sua perspectiva ou enfoque (MARCONI; LAKATOS, 2019). A partir da revisão bibliográfica, discute-se, interpreta-se e articula-se a temática do riso no texto literário escolhido, tecendo as ligações entre teoria e prática na seção de Análise, que é a próxima a ser apresentada no trabalho.

Análise do Riso em *O Nome da Rosa*

A análise proposta tem por objetivo maior buscar respostas no romance *O Nome da Rosa* de Umberto Eco para os questionamentos elencados na Introdução, ou seja:

1. Por que o riso era motivo de tantas desavenças entre os monges do mosteiro?
2. Por que a obra de Aristóteles encontrada na biblioteca era considerada proibida e todos que tinham acesso a ela tinham uma morte sem explicação?
3. Qual é o significado do título do romance *O Nome da Rosa*?

Em relação à primeira pergunta, o riso, como apresentado anteriormente, era, na Idade Média, para alguns religiosos como Gui e Burgos, em *O Nome da Rosa*, por exemplo, uma manifestação de subversão da ordem estabelecida pela sociedade e pela Igreja:

O riso é a fraqueza, a corrupção, a insipidez de nossa carne. (...) Antes do que rebelar-se contra a ordem desejada por Deus, ride e deleitar-vos com vossas imundas paródias da ordem, no fim do pasto, após terdes esvaziado os cântaros e

os frascos. (...) Mas este livro [Poética] poderia ensinar que se libertar do medo do diabo é sabedoria. (ECO, 2010, p. 546)

Gui acredita que o demônio é responsável pelas mortes dos monges, porque após a morte de Venâncio, a terceira vítima, ele vê uma mulher campesina, um galo preto e um gato preto no mosteiro: “Agora o fato já me parece claro. Um monge seduzido, uma bruxa e algum ritual que por sorte não aconteceu. Com que fins? É o que saberemos, e pretendo perder algumas horas de sono para sabe-lo” (ECO, 2010, p. 393). Ele usa seus métodos inquisitoriais para forçar a confissão e declarar as investigações encerradas.

Esse comentário do monge reafirma a necessidade de punição e de proibição de atos que são vistos como inadequados pela Igreja. Para outros, como Baskerville e Melk, era uma expressão de liberdade e um alívio contra a opressão. Para ilustrar essa diferença, citamos a descoberta de ilustrações grotescas no *scriptorium*³, próximo à biblioteca, após a morte da primeira vítima, Adelmo de Otranto, por exemplo. Essa provoca risos dos monges e eles são repreendidos severamente por Burgos: “*Verba vana aut risui apta non loqui*”⁴. Ele lembra os demais que todos devem seguir a regra que “Ouvi pessoas que riam de coisas risíveis e lembrei-lhes um dos princípios de nossa regra. (...) o monge deve abster-se de boas conversas pelo voto de silêncio, por muito maior razão deve subtrair-se às más conversas” (ECO, 2010, p. 124-125). Burgos cita que Jesus não procurou, por meio de suas palavras e parábolas, promover o riso: “Legiões têm vivido a se perguntar se Cristo riu ou não. A coisa não me interessa muito. Acho que nunca riu porque, onisciente como devia ser o filho de Deus, sabia o que faríamos nós cristãos” (ECO, 2010, p. 210).

Então, Otranto, na visão do velho monge, teve a punição de Deus que merecia por ter retratado o risível em sua ilustração e aquele que ri do mal não quer combatê-lo. Baskerville, ao contrário, considera que “As imagens marginais induzem frequentemente ao sorriso, mas para fins de edificação” (ECO, 2010, p. 125) e Melk confessa a dificuldade em entender Baskerville: “Não entendia nunca quando estava zombando. (...) Guilherme, ao contrário, ria só quando dizia coisas sérias, e se mantinha seríssimo quando presumivelmente estava zombando” (ECO, 2010, 494). Baskerville acredita que Deus quer que exercitemos nossa razão. Desse modo, “para minar a falsa autoridade duma

³ escritório de mosteiro ou convento

⁴ “Não fale palavras frívolas ou aptas a excitar o riso” (ECO, 2010, p. 124, tradução minha).

proposição absurda que repugna a razão também o riso pode ser um instrumento justo” (ECO, 2010, p. 180).

A segunda questão está relacionada ao fato de que a *Poética* de Aristóteles é considerada uma obra ameaçadora, porque razão e fé tentavam explicar, naquela época, os fenômenos e acontecimentos de formas diferentes, como no caso das seis mortes em *O Nome da Rosa*. As pessoas não tinham acesso a biblioteca: “Guilherme perguntou como podia conhecer o nome os livros guardados nas elevadas estantes, Malaquias mostrou-lhe, preso a uma correntinha de ouro, à sua mesa, um volumoso códice repleto de densos elencos (ECO, 2016 p.119).

Essa disputa entre razão e fé fica clara quando Baskerville pergunta a Burgos sobre o que o assusta no discurso sobre o riso de Aristóteles e porque a obra deve ser destruída. Burgos responde que é o fato de ser uma obra filosófica que, ao endossar o riso e o escárnio como fontes válidas para se chegar ao conhecimento da verdade, podia desencadear o caos na sociedade: “Cada livro daquele homem destruiu uma parte da sabedoria que a cristandade acumulara no correr dos séculos (ECO, 2010, p. 545). Em outras palavras, como vimos anteriormente,

“E deste livro poderia partir a fagulha luciferina que atearia no mundo inteiro um novo incêndio: e o riso seria designado como arte nova, desconhecida até de Prometeu, para anular o medo. Para o aldeão que rir, naquele momento, não lhe importa morrer: mas depois, acabada sua licença, e a liturgia impõe-lhe de novo, de acordo com o desígnio divino, o medo da morte. E deste livro poderia nascer a nova e destrutiva aspiração a destruir a morte por meio da libertação do medo. E o que queremos nós, criaturas pecadoras, sem o medo, talvez o mais benéfico e afetuoso dos dons divinos?” (ECO, 2010, p. 547)

Baskerville pondera que

“Jorge cumpriu uma ordem diabólica porque amava tão lubricamente a sua verdade, a ponto de ousar tudo para destruir a mentira. Jorge temia o segundo livro de Aristóteles porque este talvez ensinasse realmente a deformar o rosto de toda verdade, a fim de que não nos tornássemos escravos de nossos fantasmas. Talvez a tarefa de quem ama os homens seja fazer rir da verdade, fazer rir a verdade, porque a única verdade é aprendermos a nos libertar da paixão insana pela verdade.” (ECO, 2010, p. 564)

Entendemos que, apesar da importância das bibliotecas para os mosteiros, como expresso na expressão latina pelo Abade “*Monasterium sine libris (...) est sicut civitas sine opibus, castrum sine numeris, coquina sine suppellectili, mensa sine cibis, hortus sine*

herbis, pratum sine floribus, arbor sine foliis...”⁵ (ECO, 2010, p. 78), o acesso a alguns livros é restrito, mesmo àqueles que ali trabalham ou estudam. Assim, a biblioteca se torna “testemunha da verdade e do erro” (ECO, 2010, p. 176).

Em relação à terceira e última pergunta, sobre a origem do título, ele surgiu da frase que encerra o romance: “*stat rosa pristina nomine, nomina nuda tenemus*”⁶ (ECO, 2010, p. 573). O narrador quis mostrar com essa frase que, mesmo quando as coisas deixam de existir, as palavras sobrevivem, ou seja, as palavras exercem um grande poder na época medieval. Sendo assim, as bibliotecas assumem uma importância grande nesse contexto e quem as administra tem o poder sobre essas palavras e, principalmente, sobre quem pode ter acesso a elas. Estabelece-se, portanto, uma total relação entre as bibliotecas e as obras proibidas pela Igreja com o enredo do livro.

Pode-se também relacionar, em uma análise filosófica, o título da obra *O Nome da Rosa* com uma referência direta a uma grande questão de lógica: as proposições universais. Para Aristóteles, qualquer conhecimento que pretenda ser verdadeiro e universal deve respeitar os princípios lógicos: princípio de identidade (um ser é sempre idêntico a si mesmo), princípio da não-contradição (é impossível ser e não ser ao mesmo tempo) e princípio do terceiro excluído (as proposições só podem ser afirmativas ou negativas). A ideia é que mesmo as coisas que deixam de existir ou que nunca existiram deixam atrás de si um nome, como o livro de Aristóteles, central para a ação.

Considerações Finais

Umberto Eco, ao escrever *O Nome da Rosa*, tece um enredo que mescla religião, erotismo e humor e que explora os seus conhecimentos sobre a Era Medieval, juntando literatura e filosofia. Uma época em que o Latim se fazia presente, principalmente na Igreja, como marca de poder e conhecimento. Narra a história percorrendo labirintos e desvendando mistérios na biblioteca do mosteiro, usando imaginação, ironia e suspense. Era uma época na qual o riso era proibido pela Igreja. Estudar o riso, por meio de pesquisa bibliográfica, trouxe à tona outros elementos como o corpo, meio pelo qual o riso se manifesta e a mente, aspecto relacionado ao raciocínio. Os questionamentos respondidos mostram como o riso representa concepções filosóficas distintas, gera desavenças entre

⁵ “Um mosteiro sem livros é como uma cidade sem riquezas, um quartel sem tropas, uma cozinha sem utensílios, uma mesa sem comida, um jardim sem plantas, um prado sem flores, uma árvore sem folhas” (tradução minha).

⁶ “a rosa antiga permanece no nome, nada temos além do nome” (tradução minha)

os monges, principalmente no que diz respeito à relação entre razão e fé; também como a *Poética* de Aristóteles carrega ensinamentos que divergiam dos dogmas da Igreja, principalmente com relação ao diabo; e, por fim, como entender o título do romance que foi escolhido na citação final do romance, ou seja, o poder das palavras, dos livros e, por conseguinte, da biblioteca.

Esse artigo abre portas e caminhos para um trabalho, no ensino básico, de interdisciplinaridade uma vez que trata de literatura e filosofia mais diretamente, mas também apresenta muitos elementos relacionados com a história medieval. Assim, pode-se pensar nas diferentes relações apresentadas ao longo do trabalho como material de sensibilização e discussão na escola básica. Além disso, pode-se também estabelecer outros estudos comparativos com outros textos literários que se ambientam na Idade Média ou que discutam dogmas ou aspectos da Igreja.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo; Brasília: Hucitec; Edunb, 1996.

ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GIL, Antonio C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JUNGES, Márcia. “A Idade Média e o riso sob um prisma moral”. *IHU On-line*. vol. 367. São Leopoldo, jun. 2011, p. 16-18. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3962-jose-rivair-macedo>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

JUNGES, Márcia; FACHIN, Patricia. “O riso e suas interdições na sociedade”. *IHU On-line*. vol. 367. São Leopoldo, jun. 2011, p. 21-23. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3962-jose-rivair-macedo>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

LE GOFF, Jacques. “O riso na Idade Média”. BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (Org.). *Uma história cultural do humor*. Trad. Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MACEDO, José R. de. *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*. Porto Alegre: UFRGS; Unesp, 2000.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

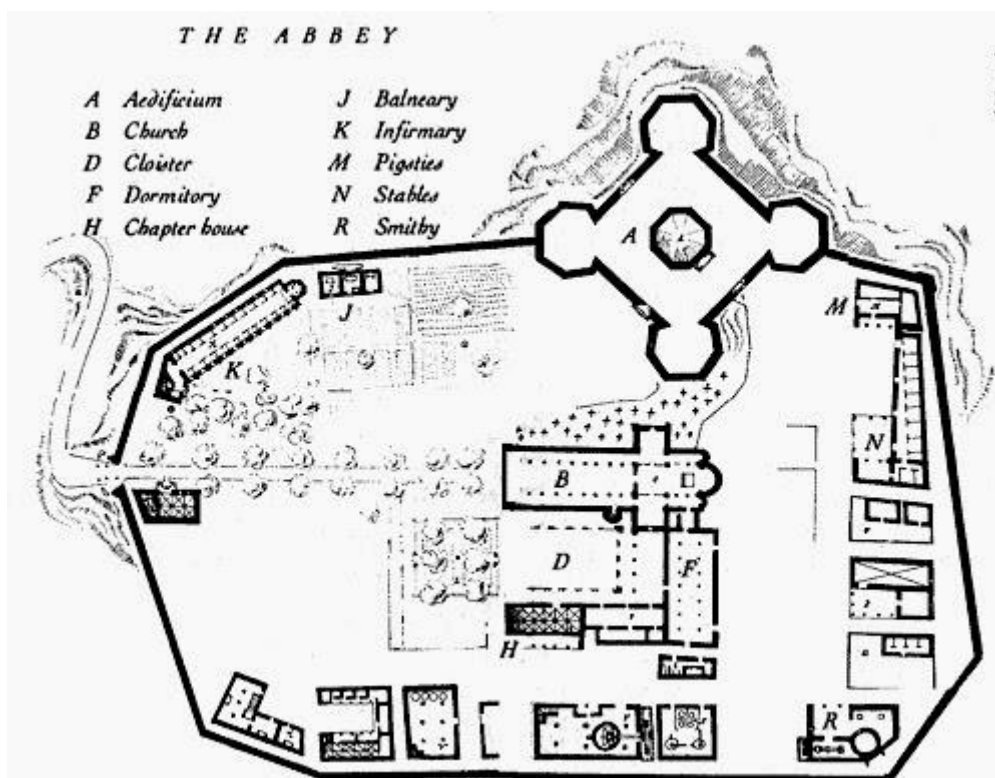
OLIVEIRA, Ester A. V. de; CASER, Maria M. “Uma visão panorâmica do humor e do riso na Literatura Espanhola: da Idade Média a Miguel de Cervantes”. *Contexto* n. 38, 2020, p. 79-99.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Patrística e Escolástica*. Trad. Ivo Storniolo. Vol. 2. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

RIBEIRO, Lucas P. “Do Riso Demoníaco ao Riso Religioso na Idade Média”. *Escritas* v.10, n. 1, 2018, p. 211-239.

ANEXO

Planta da biblioteca



Edificação medieval

